

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Ao Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO 48/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23034.005370/2013-74

NONSTOP INFORMÁTICA ME LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 11.773.473\0001-48, com sede no SHC/Norte, CL. Qd. 408, Bloco C, Lj. 48 – Asa Norte, Brasília/DF, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, por intermédio de seu representante, que esta subscreve, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Edital do Pregão Eletrônico nº 48/2013, pelos motivos de fato e de direito que passa a aduzir.

A ora impugnante verificou, pela análise feita do Edital em questão, que alguns itens violam a legislação, bem como se mostram contrários aos princípios norteadores do procedimento licitatório.

O objeto da Licitação visa a “*contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de Apoio a Gestão e Melhoria de Processos de Negócio dimensionados em Horas de Serviços Técnicos (HST) devidamente atrelados à entrega de produtos, aferidos com base em Acordos de Nível de Serviço (ANS), conforme especificações, padrões técnicos de desempenho e de qualidade estabelecidos pelo FNDE, mediante Ordens de Serviço (OS), limitadas ao quantitativo máximo de HST estimado, sem garantia de consumo mínimo mensal, de acordo com as condições e especificações constantes do Termo de Referência e seus respectivos Encartes - Anexo I deste Edital*”.

Ao observar as regras contidas no Edital de licitação, esta licitante entende que, da forma como postos, alguns pontos constantes no bojo do documento merecem ser revistos pelos motivos que passa a discorrer adiante.

I – DO SUBITEM X.1.4.4 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Segundo consta no subitem X.1.4.4, do Termo de Referência, a licitante, no momento da habilitação, deverá apresentar atestado de capacidade técnica que comprove pelo menos 50% (cinquenta por cento) do total de horas solicitadas no Projeto do FNDE, conforme tabela do item, *in verbis*:

“X.1.4.4 Pelo menos um dos atestados de Capacidade Técnica deverá indicar a quantidade de Horas de Serviços Técnicos realizadas pela licitante, em qualquer período consecutivo de pelo menos 12 (doze) meses, contemplando as Atividades Profissionais no percentual do volume estimado em pelo menos 50% do total de horas solicitadas neste projeto, conforme tabela abaixo:

Denominação	Volume de Serviços Estimado (HST)	Quantidade a ser comprovada em HST (50% do volume)
Planejamento de serviços de apoio de processos a gestão de processos (IS-01)	1200	600
Conhecimento Da Situação Atual Do Processo (IS-02)	4080	1020
Definição De Processo Com Melhorias (IS-03)	4080	1020
Definição De Processo Com Requisitos De Automação (IS-04)	4060	1030
Suporte Ao Controle De Desempenho De Processo (IS-05)	1680	840
Apoio À Implantação De Processos (IS-06)	1200	600

Apoio Ao Planejamento De Ações Do Escritório De Processos (IS-07)	640	320
Apoio À Gestão Do Escritório De Processos (IS-08)	1020	510
Apoio À Atualização Metodológica Do Escritório De Processos (IS-09)	255	126
Apoio À Disseminação Da Cultura De Gestão De Processos (IS-10)	320	160

Ocorre que, a analisar a tabela constante do subitem em comento, especificamente no que diz respeito às denominações 2, 3 e 4, há um erro de cálculo na tabela, na coluna destinada à “Quantidade a ser comprovada em HST (50% do volume)”, já que os quantitativos de 1020 e 1030 não representam a metade de 4080 e 4060, respectivamente.

Isto é. No que tange às denominações abaixo, destacadas da tabela ora mencionada, tem-se que houve um erro de cálculo relativo a 50% do volume de HST, já que os valores que devem ser comprovados, no mínimo, pela licitante, não condizem com a metade do Volume de Serviços Estimados.

Conhecimento Da Situação Atual Do Processo (IS-02)	4080	1020
Definição De Processo Com Melhorias (IS-03)	4080	1020
Definição De Processo Com Requisitos De Automação (IS-04)	4060	1030

O cálculo equivocado da “Quantidade a ser comprovada em HST (50% do volume)” pode induzir as participantes do pregão a erro, pois irão apresentar atestados de capacidade com valor mínimo abaixo do que realmente é necessário para comprovar sua experiência na prestação do serviço.

Assim, impugna-se o subitem X.1.4.4 do Anexo I do Edital, por conter erros de cálculo capazes de prejudicar as licitantes no momento de apresentação dos documentos de capacidade técnica, havendo a possibilidade de desclassificação.

Portanto, requer o ajuste da tabela constante do item X.1.4.4, e a consequente republicação do Edital do PE nº 48/2013/FNDE.

II – DO SUBITEM X.1.4.5 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Já o item X.1.4.5 do Termo de Referência, exige, também no momento da habilitação, a apresentação de atestado de capacidade técnica e currículo de profissional que será o responsável técnico do projeto profissional, com certificação CAP. Transcreve-se:

“X.1.4.5 Indicar como responsável técnico do projeto profissional com certificação CAP (Certified ARIS Professional), emitido pelo fabricante de produtos da plataforma ARIS e com experiência no gerenciamento de projetos de modelagem/gestão de processos. A comprovação da experiência deverá ser feita, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica e currículo do profissional”.

Ao exigir que, para contratar com o FNDE, a licitante deve apresentar, no momento da habilitação, a comprovação da qualificação técnica de profissional que prestará os serviços, a Autarquia cria óbice para que a licitante possa contratar o objeto licitado, ainda que seja habilitada a participar do certame.

A exigência ora guerreada se mostra restritiva ao caráter competitivo do certame em questão, incorrendo em desobediência ao dispositivo da Lei nº 8.666/93, a seguir transcrito:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais

vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

[...]

§ 1º **É vedado aos agentes públicos:**

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no [art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#)”.

Esse tipo de exigência só pode ser requisitada no momento da contratação, pois o que está sendo licitado é a prestação de um serviço, que deve ser executado nos moldes do instrumento convocatório, e não a contratação de um profissional qualificado para tal.

Quer-se dizer que, no momento da habilitação, a empresa interessada em participar do certame deve comprovar a sua experiência e aptidão técnica para executar o contrato, de maneira que, os profissionais que vão trabalhar no objeto do contrato só devem ser especificados no momento da contratação com o FNDE.

Isso porque, a empresa não é obrigada a dispendar uma quantia para manter um profissional, sem que haja um serviço específico para ele executar. Isto é, se a empresa sequer foi habilitada na licitação, não há razão para que ela arque com o pagamento de salário e benefícios de um profissional, apenas para comprovar ao FNDE que há, em seu quadro de pessoal, alguém qualificado a prestar o serviço licitado. Isso deve ser atestado no momento da contratação, se a licitante for consagrada vencedora do Pregão.

Tal entendimento foi consolidado pelo Tribunal de Contas da União, a teor do disposto na súmula nº 272: “*No edital de licitação, é vedada a inclusão de*

exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato”.

A seguir, transcreve-se parte do Relatório e Acórdão nº 526/2013, do Plenário do TCU, que reflete e sintetiza os pontos ora abordados.

“A jurisprudência deste Tribunal também considera restritiva à competitividade a exigência de a licitante possuir, em seu quadro próprio, profissional com a qualificação técnica exigida para execução do objeto pretendido, por impor ônus desnecessário antes da contratação. Tal entendimento é explicitado nos Acórdãos 126/2007-TCU-Plenário, 2.575/2008-TCU-1ª Câmara e 237/2009-TCU-Plenário, e consolidado na recente Súmula 272/2012, que veda a inclusão, no edital de licitação, de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

[...]

Deve-se ponderar, assim, a possibilidade de uma empresa, que anteriormente tenha prestado os mesmos tipos de serviços exigidos na licitação, recrutar parte dos profissionais apenas no caso de adjudicação ao contrato decorrente.

[...]

ACÓRDÃO

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar aos Departamentos Nacionais do Serviço Social da Indústria e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial que, em futuros procedimentos licitatórios:

[...]

9.1.3. não incluam em seus editais de licitação cláusula que exija que a licitante tenha em seu quadro de pessoal, no momento do certame, profissional com qualificação técnica para a execução do objeto a ser contratado, bem como certidão que comprove o tempo de experiência dos profissionais que prestarão os serviços, em atenção ao art. 2º do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi/Senai e ao Enunciado da Súmula de Jurisprudência do TCU n. 272/2012”. (Grifou-se).

Destarte, incabível a exigência de se comprovar, no momento da habilitação, a qualificação técnica de profissional que prestará o serviço licitado, em virtude de violação ao princípio da legalidade e ao caráter competitivo do procedimento licitatório.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, requer a impugnante sejam acolhidos os argumentos anteriormente expendidos de forma a modificar o Edital e o Termo de Referência, reformulando os subitens ora impugnados do Edital do Pregão Eletrônico nº 48/2013 e do Anexo I, de forma a adequá-los ao que dispõe a Lei e o bom senso, eis que isso refletirá a correta condução do certame, em conformidade ao caráter competitivo da licitação e aos princípios da Administração Pública.

Assim, requer a republicação do Edital com as modificações pertinentes.

Caso não seja esse o entendimento, requer a apreciação da presente pela autoridade superior competente.

Brasília/DF, 6 de novembro de 2013.

NONSTOP INFORMÁTICA ME LTDA
LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR
SÓCIO – DIRETOR
CPF 094 363 508 05